

POLÍTICA ECONÓMICA

MESTRADO EM ECONOMIA E POLÍTICAS PÚBLICAS

1º SEMESTRE 2020/2021

4. A GOVERNAÇÃO ECONÓMICA NA UEM

29 DE OUTUBRO DE 2020

RICARDO CABRAL (RCABRAL@ISEG.ULISBOA.PT)

Conteúdo

4. A governação económica na União Económica e Monetária (UEM)
 - a. A UE e a UEM
 - b. Objetivos da UE e da UEM
 - c. Arquitetura, enquadramento legal e o papel das instituições
 - d. As fragilidades de uma união monetária incompleta: estabilidade sem crescimento
 - e. Perspetiva dominante: competitividade e reformas estruturais
 - f. Perspetiva alternativa: transferências orçamentais e políticas keynesianas (ou como completar a união monetária)

A União Europeia (UE) e a União Económica e Monetária (UEM)?

- UE: União de estados membros soberanos
- Baseada em “proto-constituição” (Tratados Europeus)
 - Tratado da União Europeia e Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia
- Na realidade, resulta de tratados internacionais e/ou de tratados intergovernamentais
 - Que regulam as competências que são delegadas em instituições europeias, sujeitas à jurisdição do Tribunal Europeu
 - Nunca se chegou a acordo sobre uma Constituição Europeia
 - Questão em aberto sobre qual a hierarquia dos tribunais e do direito europeu e nacional
 - Decisão do Tribunal Constitucional alemão sobre política monetária reafirma supremacia das Constituições dos Estados Membros
- Questão TPC: É possível sair da UE ou da UEM? Se sim, como?

A UE e a UEM

- Essencialmente, zonas de comércio livre
 - Quais são as quatro liberdades fundamentais da União Europeia?
 - Livre circulação de mercadorias.
 - Livre circulação de capitais.
 - Liberdade de estabelecimento e de prestação de serviços.
 - Livre circulação de pessoas.
- Ou seja, essencialmente preocupações de índole de política económica



Nota

- “Quatro liberdades” da União Europeia inspiradas em discurso da Nação de 1941 de Franklin Delano Roosevelt

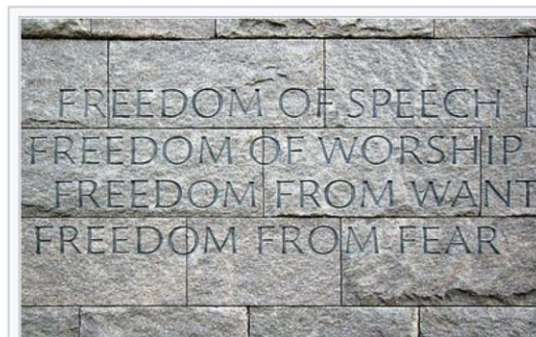
[main page](#)[Contents](#)[Current events](#)[Random article](#)[About Wikipedia](#)[Contact us](#)[Donate](#)[Contribute](#)[Help](#)[Learn to edit](#)[Community portal](#)[Recent changes](#)[Upload file](#)[Tools](#)[What links here](#)[Related changes](#)[Special pages](#)[Permanent link](#)[Page information](#)[Cite this page](#)[Wikidata item](#)[Print/export](#)

The **Four Freedoms** were goals articulated by [United States President Franklin D. Roosevelt](#) on Monday, January 6, 1941. In an address known as the [Four Freedoms speech](#) (technically the **1941 State of the Union address**), he proposed four fundamental freedoms that people "everywhere in the world" ought to enjoy:

- [Freedom of speech](#)
- [Freedom of worship](#)
- [Freedom from want](#)
- [Freedom from fear](#)

Roosevelt delivered his speech 11 months before the surprise Japanese attack on [U.S. forces in Pearl Harbor, Hawaii](#) that caused the United States to declare war on Japan, December 8, 1941. The State of the Union speech before Congress was largely about the [national security of the United States](#) and the threat to other democracies from [world war](#) that was being waged across the continents in the eastern hemisphere. In the speech, he made a break with the tradition of [United States non-interventionism](#) that had long been held in the United States. He outlined the U.S. role in helping allies already engaged in warfare.

In that context, he summarized the values of democracy behind the bipartisan consensus on international involvement that existed at the time. A famous quote from the speech prefaces those values: "As men do not live by bread alone, they do not fight by armaments alone." In the second half of the speech, he lists the benefits of democracy, which include economic opportunity, employment, social security, and the promise of "adequate health care". The first two freedoms, of speech and [religion](#), are protected by the [First Amendment](#) in the [United States Constitution](#). His inclusion of the latter two freedoms went beyond the traditional Constitutional values protected by the [U.S. Bill of Rights](#). Roosevelt endorsed a broader human



Engraving of the Four Freedoms at the [Franklin Delano Roosevelt Memorial](#) in [Washington, D.C.](#)

As quatro liberdades

- Contraste marcado com as quatro liberdades de Roosevelt, que reflete o caráter/orientação da União Europeia: prioridade à política económica e a considerações de índole económica
- Note-se ainda que Keynes defendia que, para assegurar o pleno emprego, os estados soberanos deveriam, se necessário:
 - Impor restrições quantitativas às importações
 - Proibir movimentos de capitais
 - Controlar a taxa de juro doméstica
 - Por conseguinte, em teoria, as liberdades da União Europeia são incompatíveis com políticas económicas nacionais que visem o pleno emprego em cada estado membro

A UE e a UEM

- Pequena função administrativa/executiva central com importantes poderes
 - Comissão Europeia (32,8 mil funcionários permanentes e temporários)
 - Orçamento da União Europeia de ~1% do PIB
 - Transferência de fundos, com alguns estados membros contribuintes líquidos, outros beneficiários líquidos
- Banco Central Europeu (UEM)
- Outras instituições europeias, de que se destacam o Parlamento Europeu, o Tribunal Europeu, o Tribunal de Contas Europeu e o Banco Europeu de Investimentos

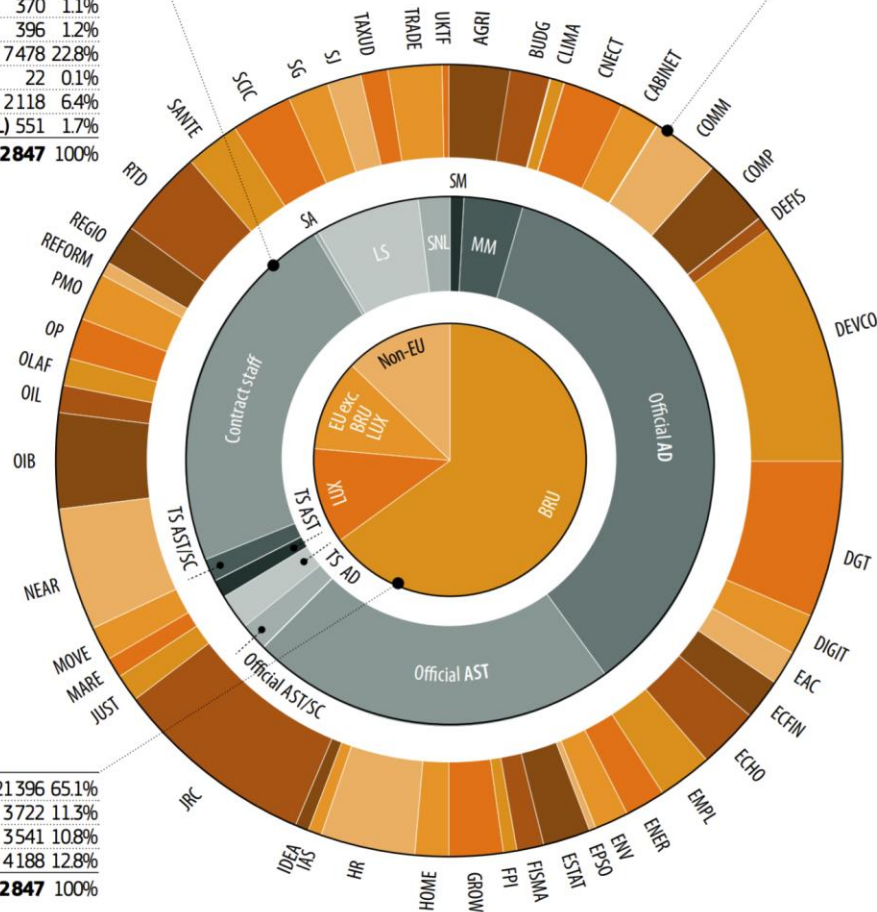
All graphics display officials, temporary staff, contract staff, special advisers, local staff and staff under national law (32 847 persons in active employment in total on 1 January 2020) in the European Commission.

FUNCTION (GROUP)

Senior manager (SM)	355	1.1%
Middle manager (MM)	1119	3.4%
Non-management		
Official AD	11725	35.7%
Official AST	7454	22.7%
Official AST/SC	490	1.5%
Temporary staff (TS) AD	769	2.3%
Temporary staff (TS) AST	370	1.1%
Temporary staff (TS) AST/SC	396	1.2%
Contract staff	7478	22.8%
Special adviser (SA)	22	0.1%
Local staff (LS)	2118	6.4%
Staff under national law (SNL)	551	1.7%
TOTAL	32847	100%

Staff Members

on 01/01/2020



PLACE OF EMPLOYMENT

BRU Brussels	21 396	65.1%
LUX Luxembourg	3722	11.3%
EU except BRU & LUX	3541	10.8%
Non-EU	4188	12.8%
TOTAL	32847	100%

DG/SERVICE/OFFICE

AGRI	850	2.6%
BUDG	530	1.6%
CLIMA	198	0.6%
CNECT	840	2.6%
CABINET	529	1.6%
COMM	988	3.0%
COMP	848	2.6%
DEFIS	171	0.5%
DEVCO	3291	10.0%
DGT	2161	6.6%
DIGIT	528	1.6%
EAC	441	1.3%
ECFIN	541	1.6%
ECHO	854	2.6%
EMPL	718	2.2%
ENER	565	1.7%
ENV	429	1.3%
EPSO	124	0.4%
ESTAT	628	1.9%
FISMA	350	1.1%
FPI	207	0.6%
GROW	718	2.2%
HOME	480	1.5%
HR	1310	4.0%
IAS	151	0.5%
IDEA	42	0.1%
JRC	2750	8.4%
JUST	385	1.2%
MARE	316	1.0%
MOVE	440	1.3%
NEAR	1618	4.9%
OIB	1298	4.0%
OIL	405	1.2%
OLAF	348	1.1%
OP	552	1.7%
PMO	586	1.8%
REFORM	175	0.5%
REGIO	628	1.9%
RTD	1172	3.6%
SANTE	724	2.2%
SCIC	767	2.3%
SG	601	1.8%
SJ	401	1.2%
TAXUD	437	1.3%
TRADE	699	2.1%
UKTF	53	0.2%
TOTAL	32847	100%

https://ec.europa.eu/info/about-european-commission/organisational-structure/commission-staff_en

EUROPEAN COMMISSION 2020



HUMAN RESOURCES

HR Key Figures

Staff Members



Insira os termos de pesquisa



MUNICÍPIOS

PORTUGAL

EUROPA

Emprego nas Administrações Públicas: Central, Regional, Local e Fundos da Segurança Social

Quantos funcionários públicos trabalham nas administrações central, regional e local e nos fundos da segurança social?

Indicador

Total Administrações Públicas

2019

698.540

Postos de trabalh...

1968

196.755

Postos de trabalh...

Operações



Posto de trabalho

Conteúdo

4. A governação económica na União Económica e Monetária (UEM)
 - a. A UE e a UEM
 - b. **Objetivos da UE e da UEM**
 - c. Arquitetura, enquadramento legal e o papel das instituições
 - d. As fragilidades de uma união monetária incompleta: estabilidade sem crescimento
 - e. Perspetiva dominante: competitividade e reformas estruturais
 - f. Perspetiva alternativa: transferências orçamentais e políticas keynesianas (ou como completar a união monetária)

Objetivos da União Europeia

- No início, união do carvão e do aço, i.e., forma de coordenar a capacidade produtiva em indústrias chave de forma a evitar concorrência exagerada e contraproducente entre estados vizinhos e a melhor atingir economias de escala
 - E uma forma de evitar conflitos entre nações que resultaram em duas guerras mundiais
- União aduaneira
- Progressivamente, objetivo passou para área económica comum

Objetivos da União Europeia

- Se considerarmos que as duas guerras mundiais do Século XX podem ser interpretadas como consequência da dificuldade sentida pela Alemanha em se tornar uma potência mundial
 - Face às potências existentes (Reino Unido, Alemanha) e às potências emergentes (EUA, União Soviética)
 - Hitler e a segunda guerra mundial resultam do ressentimento causado pelo Tratado de Versalhes e da crise económica resultante
- A União Europeia é uma forma organizada de permitir que a Alemanha se torne uma potência mundial, ao determinar em larga medida os destinos da mesma bem como da UEM
 - A EU/UEM como império liberal (Streeck, 2019)
 - Que ganha cada vez mais consciência da sua condição de potência

A UEM

- “The Economic and Monetary Union (EMU) represents a major step in the integration of EU economies. Launched in 1992, EMU involves the coordination of economic and fiscal policies, a common monetary policy, and a common currency, the euro. Whilst all 27 EU Member States take part in the economic union, some countries have taken integration further and adopted the euro. Together, these countries make up the euro area.”
- F: [Comissão Europeia](#)

União Económica e Monetária

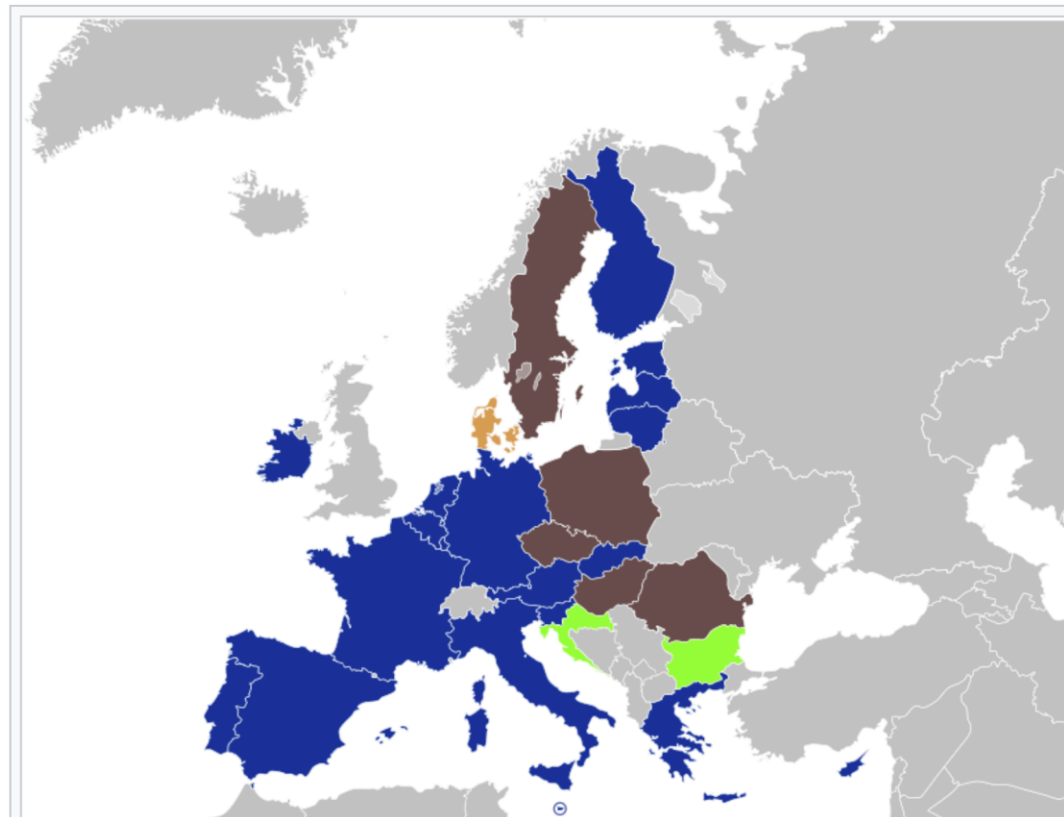
- É sinónimo do Euro e da Área do Euro (ou Zona Euro)
- A União Europeia é um processo já a duas velocidades, em que um grupo de estados membros (19) adotam uma moeda única comum

[Donate](#)[Contribute](#)[Help](#)[Learn to edit](#)[Community portal](#)[Recent changes](#)[Upload file](#)[Tools](#)[What links here](#)[Related changes](#)[Special pages](#)[Permanent link](#)[Page information](#)[Cite this page](#)[Wikidata item](#)[Print/export](#)[Download as PDF](#)[Printable version](#)[Languages](#)[العربية](#)[Deutsch](#)

The **Economic and Monetary Union (EMU)**^[1] is an [umbrella term](#) for the group of policies aimed at converging the economies of [member states of the European Union](#) at three stages. The policies cover the 19 [eurozone](#) states, as well as non-euro [European Union](#) states.

Each stage of the EMU consists of progressively closer economic integration. Only once a state participates in the third stage it is permitted to adopt the [euro](#) as its official currency. As such, the third stage is largely synonymous with the eurozone. The [euro convergence criteria](#) are the set of requirements that needs to be fulfilled in order for a country to join the eurozone. An important element of this is participation for a minimum of two years in the [European Exchange Rate Mechanism](#) ("ERM II"), in which candidate currencies demonstrate economic convergence by maintaining limited deviation from their target rate against the euro.

Nineteen EU member states, including most recently Lithuania, have entered the third stage and have adopted the euro as their currency. All new EU member states must commit to participate in the third stage in their treaties of accession. Only



The Economic and Monetary Union (EMU)

- Members of the Eurozone
- ERM II member with opt-out (Denmark)
- ERM II member without opt-out
- Other EU members

Tratado de Maastricht

- “The decision to form an Economic and Monetary Union was taken by the European Council in the Dutch city of Maastricht in December 1991, and was later enshrined in the Treaty on European Union (the Maastricht Treaty). Economic and Monetary Union takes the EU one step further in its process of economic integration, which started in 1957 when it was founded. Economic integration brings the benefits of greater size, internal efficiency and robustness to the EU economy as a whole and to the economies of the individual Member States. This, in turn, offers opportunities for economic stability, higher growth and more employment - outcomes of direct benefit to EU citizens. In practical terms, EMU means:
 - Coordination of economic policy-making between Member States
 - Coordination of fiscal policies, notably through limits on government debt and deficit
 - An independent monetary policy run by the European Central Bank (ECB)
 - Single rules and supervision of financial Institutions within the euro area
 - The single currency and the euro area”
- F: Comissão Europeia

Objetivos da UEM

- Diferentes estados membros com diferentes objetivos
 - Estados membros mercantilistas (com estruturas mais produtivas), evitar a apreciação da moeda nacional para favorecer indústrias exportadoras
 - São capazes de manter excedentes externos mais elevados e obter maiores economias de escala
 - Evitar pressão política dos EUA
 - Estados membros deficitários: objetivo pode ter sido moeda estável, forte, com baixa taxa de inflação
- Efeito da moeda única diferente entre estados membros
 - Ganhos e perdas distribuídos de forma díspar

Conteúdo

4. A governação económica na União Económica e Monetária (UEM)
 - a. A UE e a UEM
 - b. Objetivos da UE e da UEM
 - c. **Arquitetura, enquadramento legal e o papel das instituições**
 - d. As fragilidades de uma união monetária incompleta: estabilidade sem crescimento
 - e. Perspetiva dominante: competitividade e reformas estruturais
 - f. Perspetiva alternativa: transferências orçamentais e políticas keynesianas (ou como completar a união monetária)

UEM: Arquitetura, enquadramento legal e o papel das instituições

- Governança económica na União Económica e Monetária
- “Within the EMU there is no single institution responsible for economic policy. Instead, the responsibility is divided between Member States and the EU institutions. The main actors in EMU are:
 - The European Council – sets the main policy orientations
 - The Council of the EU (the 'Council') – coordinates EU economic policy-making and decides whether a Member State may adopt the euro
 - The 'Eurogroup' – coordinates policies of common interest for the euro-area Member States
 - The Member States – set their national budgets within agreed limits for deficit and debt, and determine their own structural policies involving labour, pensions and capital markets.”
- F: [Comissão Europeia](#)

UEM: Arquitetura, enquadramento legal e o papel das instituições

- Governança económica na União Económica e Monetária
 - “The European Commission – monitors performance and compliance
 - The European Central Bank (ECB) – sets monetary policy, with price stability as the primary objective and act as central supervisor of financial Institutions in the euro area
 - The European Parliament - shares the job of formulating legislation with the Council, and subjects economic governance to democratic scrutiny in particular through the new Economic Dialogue”
- F: Comissão Europeia

Governança económica na UEM

- Artigos nos Tratados Europeus (Tratado de Maastricht) definem alguns aspetos importantes da governação económica na UEM
 - As próprias regras de governação económica na UE têm vindo a evoluir ao longo do tempo mas, dada a dificuldade em ratificar democraticamente alterações aos Tratados Europeus, esses novos elementos da governação económica têm sido implementados através de tratados intergovernamentais, que não têm a mesma força que tratados internacionais

ECONOMIC GOVERNANCE

Economic governance refers to the system of institutions and procedures established to achieve Union objectives in the economic field, namely the coordination of economic policies to promote economic and social progress for the EU and its citizens. The financial, fiscal and economic crises that began in 2008 showed that the EU needed a more effective model of economic governance than the economic and fiscal coordination in force until then. Developments in economic governance include reinforced coordination and surveillance of both fiscal and macroeconomic policies and the setting-up of a framework for the management of financial crises.

LEGAL BASIS

- Article 3 of the Treaty on European Union (TEU);
- Articles 2-5, 119-144 and 282-284 of the Treaty on the Functioning of the European Union (TFEU);
- Protocols annexed to the TFEU: Protocol No 12 on the excessive deficit procedure, Protocol No 13 on the convergence criteria and Protocol No 14 on the Eurogroup.

OBJECTIVES



Governança económica na UEM

- Alguns artigos importantes
 - Estatutos do BCE e do Sistema Europeu de Bancos Centrais (Protocolo n.º 4 anexo ao TFUE)
 - E em particular, a proibição de financiamento monetário
 - “Article 123
 - (ex Article 101 TEC)
 - 1. Overdraft facilities or any other type of credit facility with the European Central Bank or with the central banks of the Member States (hereinafter referred to as "national central banks") in favour of Union institutions, bodies, offices or agencies, central governments, regional, local or other public authorities, other bodies governed by public law, or public undertakings of Member States shall be prohibited, as shall the purchase directly from them by the European Central Bank or national central banks of debt instruments.
 - 2. Paragraph 1 shall not apply to publicly owned credit institutions which, in the context of the supply of reserves by central banks, shall be given the same treatment by national central banks and the European Central Bank as private credit institutions.”

Governança económica na UEM

- Alguns artigos importantes
 - “No-bailout clause”
 - “Article 125
 - (ex Article 103 TEC)
 - 1. The Union shall not be liable for or assume the commitments of central governments, regional, local or other public authorities, other bodies governed by public law, or public undertakings of any Member State, without prejudice to mutual financial guarantees for the joint execution of a specific project. A Member State shall not be liable for or assume the commitments of central governments, regional, local or other public authorities, other bodies governed by public law, or public undertakings of another Member State, without prejudice to mutual financial guarantees for the joint execution of a specific project.
 - 2. The Council, on a proposal from the Commission and after consulting the European Parliament, may, as required, specify definitions for the application of the prohibitions referred to in Articles 123 and 124 and in this Article.”

Governança económica na UEM

- “No-bailout clause”
 - A UEM não é uma união de transferências
- Na prática foi possível encontrar mecanismos alternativos
 - Interpretação criativa dos tratados

Governança económica na UEM

- Alguns artigos importantes
 - “Stability and growth pact”, artigos 121, 126, 136
 - “The legal basis of the stability and growth pact (SGP) are Articles 121 and 126 of the Treaty on the Functioning of the European Union (TFEU).”
 - Protocol 12 of the Treaty gives further details on the excessive deficit procedure, including the reference values on deficit and debt. Article 136 of the TFEU provides for specific provisions to be adopted for the euro area. It is the basis for a sanctions regulation for euro area countries (included in the so-called six pack) and the so-called two pack regulation, which includes enhanced monitoring and surveillance in the euro area.”
 - F: [Comissão Europeia](#)

Governança económica na UEM

- “Stability and growth pact”
 - Na sequência da crise do euro de 2010-2012, pacto de estabilidade e crescimento foi substancialmente alterado, através de tratado intergovernamental e regras complementares
 - Pacto Orçamental
 - Six-Pack, Two Pack
 - Traduzidas em orientações sem força de lei, mas...
 - Ver Vade Mecum

PAGE CONTENTS

Legal basis

Treaty on the Functioning of the European Union (TFEU)

Secondary legislation

Vade mecum on the Stability and Growth Pact

Numerical examples and technical aspects for "hands-on" experts

Code of conduct of the Stability and Growth Pact

Code of conduct of the Two-Pack

Other documents

Secondary legislation

- [Council Regulation \(EC\) 1466/97](#) on the strengthening of the surveillance of budgetary positions and the surveillance and coordination of economic policies (the preventive arm of the Stability and Growth Pact)
- [Council Regulation \(EC\) 1467/97](#) on speeding up and clarifying the implementation of the Excessive Deficit Procedure (the corrective arm of the Stability and Growth Pact)
- [Council Regulation \(EC\) 479/2009](#) on the application of the Protocol on the EDP
- [Regulation \(EU\) No 1173/2011](#) on the effective enforcement of budgetary surveillance in the euro area – sanctions regulation
- [Regulation \(EU\) No 1174/2011 of 16 November 2011](#) on enforcement measures to correct excessive macroeconomic imbalances in the euro area
- [Regulation \(EU\) No 1176/2011 of 16 November 2011](#) on the prevention and correction of macroeconomic imbalances
- [Directive 2011/85/EU](#) on requirements for budgetary frameworks of the Member States
- [Regulation \(EU\) No 473/2013](#) of the European Parliament and of the Council of 21 May 2013 on common provisions for monitoring and assessing draft budgetary plans and ensuring the correction of excessive deficit of the Member States in the euro area
- [Regulation \(EU\) No 472/2013](#) of the European Parliament and of the Council of 21 May 2013 on the strengthening of economic and budgetary surveillance of Member States in the euro area

...reiterated with serious difficulties with respect to their financial stability

Novas instituições criadas na UEM

- Banco Central Europeu
 - (Eurosistema=BCE+Bancos Centrais Nacionais)

Crise do Euro 2010-2012

- Mecanismo de Estabilidade Europeu (futuro European Monetary Fund)
 - Na sequência da crise do euro
- Mecanismo Único de Supervisão (no BCE)
- Mecanismo Único de Resolução

União Bancária

Política económica na UEM

- Assegurar condições para crescimento económico sustentável (crescimento do emprego, mas inflação controlada)
- Estabilidade de preços (BCE)
- Estados membros
 - Política orçamental
 - Política fiscal
 - Políticas estruturais: sistemas de pensões, regulamentação de mercado de trabalho e de capital

Na prática

- Política monetária controlada por Banco Central independente
- Política orçamental coordenada, mas fortemente restringida
 - Cada estado membro por sua conta

Conteúdo

4. A governação económica na União Económica e Monetária (UEM)
 - a. A UE e a UEM
 - b. Objetivos da UE e da UEM
 - c. Arquitetura, enquadramento legal e o papel das instituições
 - d. **As fragilidades de uma união monetária incompleta: estabilidade sem crescimento**
 - e. Perspetiva dominante: competitividade e reformas estruturais
 - f. Perspetiva alternativa: transferências orçamentais e políticas keynesianas (ou como completar a união monetária)

As fragilidades de uma união monetária incompleta: estabilidade sem crescimento

- Estados membros com diferenciais de competitividade internacional muito profundos, i.e., níveis de produtividade muito diferentes
 - Durante os primeiros 10 anos do euro acumularam défices externos
 - Não é possível crescer, sem gerar desequilíbrios externos
 - Porque transferências orçamentais entre estados membros não são significativas, só é possível estabilidade se todos os estados membros tiverem balanças externas aproximadamente equilibradas ou excedentárias
 - UEM tem enviesamento mercantilista com resultados problemáticos

cepStudy

20 Years of the Euro: Winners and Losers

An empirical study

Alessandro Gasparotti und Matthias Kullas

February 2019

Eurozone country	Impact of euro-introduction on prosperity 1999-2017 per inhabitant	Impact of euro-introduction on prosperity 1999-2017 overall
Germany	+ 23,116 euro	+ 1,893 billion euro
Netherlands	+ 21,003 euro	+ 346 billion euro
Greece	+ 190 euro	+ 2 billion euro
Spain	- 5,031 euro	- 224 billion euro
Belgium	- 6,370 euro	- 69 billion euro
Portugal	- 40,604 euro	- 424 billion euro
France	- 55,996 euro	- 3,591 billion euro
Italy	- 73,605 euro	- 4,325 billion euro

20 years since its introduction and the euro remains controversial. cep has used the synthetic control method to analyse which countries have gained from the euro and which ones have lost out.

- ▶ Germany has gained by far the most from the introduction of the euro; almost € 1.9 trillion between 1999 and 2017. This amounts to around € 23,000 per inhabitant. Otherwise, only the Netherlands has gained substantial benefits from the introducing the euro.
- ▶ In the first few years after its introduction, Greece gained hugely from the euro but since 2011 has suffered enormous losses. Over the whole period, the balance of € 2 billion or € 190 per inhabitant, is only just positive.
- ▶ In all the other countries analysed, the euro has resulted in a drop in prosperity: € 3.6 trillion in France and as much as € 4.3 trillion in Italy. In France, this amounts to € 56,000 per capita and in Italy € 74,000.

Performance macroeconómica nos primeiros 20 anos do euro

	PIB real per capita			Taxa de desemprego			Taxa de inflação	
	1976-1998	1999-2008	2009-2019	1976-1998	1999-2008	2009-2019	1999-2008	2009-2019
Área Euro		1,7%	0,6%		8,7%	10,1%	2,2%	1,3%
Alemanha		1,7%	1,0%		9,0%	5,0%	1,7%	1,3%
Grécia	1,2%	3,2%	-1,8%	6,4%	10,0%	20,6%	3,3%	0,9%
Espanha	1,9%	2,2%	0,4%	15,4%	10,7%	20,2%	3,2%	1,1%
França	1,9%	1,4%	0,5%	7,8%	8,5%	9,6%	1,9%	1,2%
Itália	2,2%	0,8%	-0,4%	8,8%	8,2%	10,6%	2,4%	1,2%
Holanda	2,0%	2,1%	0,5%	7,2%	4,4%	5,5%	2,4%	1,4%
Portugal	3,2%	1,2%	0,5%	7,4%	7,3%	11,6%	2,9%	1,1%
EUA	2,3%	1,6%	1,1%	6,6%	5,0%	6,5%	3,2%	1,5%

	Produtividade do trabalho			Peso do rendimento do trabalho		
	1976-1998	1999-2008	2009-2019	1976-1998	1999-2008	2009-2019
Área Euro		0,9%	0,8%		55,7%	56,0%
Alemanha		1,5%	0,7%		56,6%	56,4%
Grécia		2,3%	-0,8%	52,8%	50,9%	51,0%
Espanha	2,6%	0,4%	1,1%	62,5%	57,1%	55,5%
França	2,7%	1,3%	0,7%	61,2%	56,0%	57,9%
Itália	2,0%	0,3%	0,1%	59,9%	51,9%	53,2%
Holanda	1,7%	1,6%	0,4%	64,4%	57,8%	58,2%
Portugal	2,8%	1,3%	0,5%	63,2%	58,7%	53,6%
EUA	1,4%	2,2%	0,9%	60,8%	59,8%	56,8%

Fonte: Ameco, Comissão Europeia e cálculos do autor

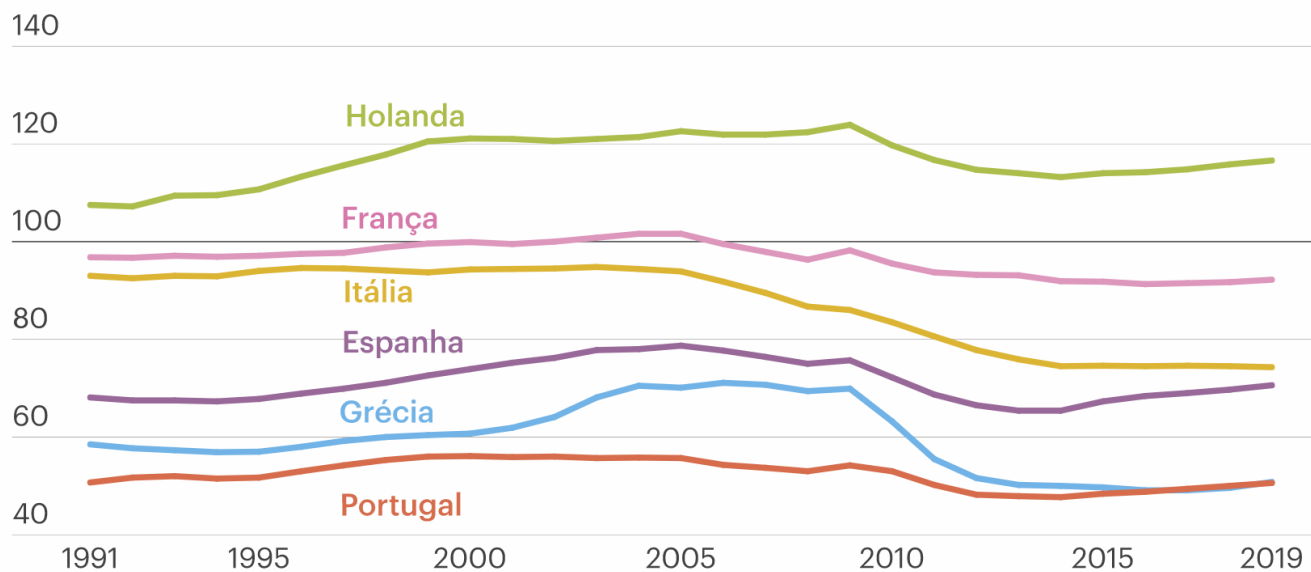
Consequências:

- Performance macroeconómica desde a adoção do euro é dececionante
- Política orçamental das autoridades europeias desde 2010-2012, resulta em crescimento económico medíocre, mesmo assim só possível porque outros blocos económicos acomodaram política mercantilista da Zona Euro

Alguns países ganham outros perdem

PIB *per capita*

Em percentagem do PIB *per capita* alemão



Fonte: Ameco, Comissão Europeia e cálculos dos autores

PÚBLICO

Quais são os benefícios da moeda única

- Ganhos diretos da eliminação dos custos de transação
 - Consumidores ganham (€13-€20 mil milhões por ano), bancos perdem
- Ganhos indiretos da eliminação dos custos de transação: transparência de preços
- Ganhos de bem estar em resultado da redução da incerteza

Quais são os benefícios da moeda única

- A relação entre a taxa de câmbio e o crescimento económico
- União Monetária e comércio internacional: evidência empírica
- Benefícios de uma moeda internacional
- Benefícios de uma união monetária

Custos da moeda única

- Imposto implícito sobre economias menos produtivas
- Maior dificuldade em realizar ajustamentos externos
 - Rigidez de preços e salários e mobilidade do fator trabalho
 - Desvalorização competitiva
- Choques assimétricos e a flexibilidade do mercado de trabalho

Bibliografia

- Cabral, R. (2013). "O euro em crise: Cronologia e análise". Em: Palma, C. Paz Ferreira, E., Torres, H. (Eds.), *Estudos em homenagem ao professor doutor Alberto Xavier* (Vol. II, p. 635-654). Lisboa: Almedina.
- European Commission. (2019a, January). "Part IV – Fiscal outcomes in the EU in a rules-based framework". In: Mohl, P. (Ed.), *Report on public finances in EMU 2018* (p. 105-156). Luxembourg: European Union. doi:10.2765/890835
- European Commission. (2019c, April). *Vade mecum on the stability and growth pact, 2019 edition*. Luxembourg: European Union. doi:10.2765/724849
- European Commission. (2020, February 17). EU economic governance: Monitoring, prevention, correction. Retrieved August 29, 2020, from https://ec.europa.eu/info/business-economy-euro/economic-and-fiscal-policy-coordination/eu-economic-governance-monitoring-prevention-correction_en
- de Grauwe, P. (2018). *Economics of monetary union* (12th edition, cap. 3, 4 e 5). Oxford: Oxford University Press.
- Streeck, W. (2019). "The EU is a doomed empire". LSE Blog.
- Streeck, W. (2019). "The European Union is a liberal empire, and it is about to fall". LSE Blog. Disponível em <https://blogs.lse.ac.uk/brexit/2019/03/06/long-read-the-european-union-is-a-liberal-empire-and-it-is-about-to-fall/>